

SUMÁRIO

Introdução	1
Capítulo Um: Breves Considerações Teóricas sobre a Colisão de Direitos Fundamentais	9
1. Introdução	9
2. Regras e princípios	11
2.1. Ronald Dworkin	16
2.2. Robert Alexy	18
2.3. Novas distinções.....	20
2.4. Resumo das questões ventiladas e algumas conclusões	28
3. Postulados aplicativos normativos.....	29
4. O postulado normativo da ponderação e sua metodologia de aplicação	36
5. Parâmetros gerais e específicos para a ponderação.....	42
Capítulo Dois: Liberdade de Expressão e Informação	47
1. Introdução	47



2. Justificativa teórica da liberdade de expressão.....	48
2.1. Concepção instrumental ou democrática da liberdade de expressão	50
2.2. Concepção constitutiva ou não funcional da liberdade de expressão	60
3. Posição preferencial da liberdade de expressão.....	68
3.1. A posição preferencial na jurisprudência da Suprema Corte norte-americana e o standard do clear and present danger test	69
3.2. A nota de rodapé nº 4 de Carolene e a doutrina dos preferred rights.....	79
3.3. A doutrina da posição preferencial conferida aos discursos que se refiram a temas de interesse público	83
4. Liberdade de informação jornalística	92
5. O estatuto constitucional da liberdade de expressão e informação no Brasil.....	101
5.1. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal sobre liberdade de expressão	126

Capítulo Três: Direito a um Julgamento Criminal Justo.....

1. Introdução	149
2. Relato da experiência norte-americana: fair trial e a due process clause.....	155
3. O direito a um julgamento justo e imparcial e o princípio do devido processo legal na Constituição Federal de 1988	172
4. O princípio da presunção da inocência	186
4.1. Aplicações do princípio da presunção de inocência.....	191
4.2. O caso Nicolau dos Santos Neto	199
4.3. Caso Suzane Von Richthofen e irmãos Cravinhos.....	204



5. O princípio do juiz imparcial	212
5.1. Medidas que visam garantir a imparcialidade dos jurados: sigilo das votações, incomunicabilidade e desaforamento.....	219
6. O princípio da verdade processual e a proscrição da prova ilícita..	234
7. O princípio da publicidade processual.....	243
7.1. Publicidade e sigilo na fase investigatória	255

Capítulo Quatro: Colisão de Direitos Fundamentais: Liberdade de Expressão e Informação versus Direito a um Julgamento Criminal Justo

1. Introdução	263
2. Tratamento da colisão <i>free press v. fair trial</i> na jurisprudência da Suprema Corte norte-americana.....	269
2.1. Casos em que a ampla publicidade de um julgamento criminal pode ter comprometido a imparcialidade do júri, motivo pelo qual se pede a anulação do julgamento	273
2.2. Casos de anulação pela Suprema Corte de procedimentos de <i>contempt of court</i> deflagrados por juízes e tribunais inferiores contra jornalistas pelo fato de terem veiculado críticas a decisões judiciais, ao argumento de que tais manifestações visavam pressionar, intimidar ou influenciar o Judiciário	288
2.3. Casos em que foi discutida a constitucionalidade da adoção de ordens judiciais proibindo a veiculação de informações pertinentes a julgamentos em curso que já estivessem em poder da mídia (<i>injunctions of prior restraint</i>)	293
2.4. Casos envolvendo medidas judiciais que buscam impedir que fatos relacionados com o julgamento cheguem ao conhecimento da mídia.....	299
2.5. Síntese do tratamento dispensado pela Suprema Corte norte-americana à <i>colisão free press v. fair trial</i>	311

3. Tratamento da colisão <i>free press v. fair trial</i> na jurisprudência da Corte Européia de Direitos Humanos	314
3.1. Caso <i>Sunday Times v. United Kingdom</i> (<i>Application n°</i> 6.538/74 — julgado em 26 de abril de 1979)	318
3.2. Caso <i>News Verlags GmbH & Co. KG v. Áustria</i> (<i>Application n°</i> 31.457/96 — julgado em 11 de janeiro de 2000)	325
3.3. Caso <i>Barfod v. Denmark</i> (<i>Application n°</i> 11.508/85 — julgado em 22 de fevereiro de 1989)	329
3.4. Caso <i>Prager and Oberschlick v. Austria</i> (<i>Application n°</i> 15.974/90 — julgado em 26 de abril de 1995)	334
3.5. Caso <i>Haes and Gijssels v. Belgium</i> (<i>Application n°</i> 19.983/92 — julgado em 24 de fevereiro de 1997)	340
3.6. Caso <i>Harman v. United Kingdom</i> (<i>Application n°</i> 10.038/82 — o requerimento foi admitido pela Comissão Européia de Direitos Humanos em 11 de maio de 1985 e encerrado por acordo entre as partes em 15 de maio de 1986)	343
3.7. Caso <i>Worm v. Austria</i> (<i>Application n°</i> 22.714/93 — julgado em 29 de agosto de 1997)	345
4. Tratamento da colisão e suas formas de resolução no ordenamento constitucional brasileiro	355
4.1. Reportagem imparcial versus jornalismo militante. A necessária desmistificação do tratamento dado ao crime pela mídia e a suas repercussões	357
4.2. O descompasso entre a verdade jornalística e a verdade processual e suas implicações para o julgamento criminal justo	366
4.3. Como identificar a colisão entre a liberdade de expressão e informação e o direito a um julgamento criminal justo?	373
4.4. Fixação de <i>standards</i> de ponderação para resolver a colisão entre a liberdade de expressão e informação e o direito a um julgamento criminal justo	380



4.5. Propostas de solução para a colisão estudada na perspectiva do ordenamento constitucional brasileiro	384
Conclusão	405
Bibliografia	415

